



MUNICÍPIO DE ALCANENA
Modernização e Tecnologias

MUNICÍPIO DE ALCANENA

Caderno de Encargos

**AJUSTE DIRETO PARA SISTEMA DE GESTÃO DE GESTÃO DESPORTIVA E BILHÉTICA EM SaaS
Dezembro 2022**

Procedimento Nº 12/INF/2022



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

Parte I – Do Contrato

Cláusula 1ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir na contratualização a celebrar na sequência do procedimento aberto pelo Município de Alcanena para a aquisição de serviços para um Sistema de Gestão Desportiva e Bilhética em regime SaaS.

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3. O presente Caderno de Encargos;
 - 2.4. A proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª – Prazos

O contrato resultante do presente procedimento tem eficácia durante 24 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4ª – Preço Base

1. O preço base é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Pela prestação do serviço objeto do presente procedimento o Município de Alcanena dispõe-se a pagar o montante máximo de 12.970,00€ (doze mil novecentos e setenta euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.



MUNICÍPIO DE ALCANENA
Modernização e Tecnologias

Cláusula 5ª - Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Executar os serviços identificados na sua proposta em consonância com o estipulado no presente Caderno de Encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O prestador de serviços deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
4. Obriga-se também o prestador de serviços a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6ª – Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcanena, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos,



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a - Preço contratual

1. Pelo fornecimento e instalação dos bens e serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcanena deve pagar ao prestador de serviço, o constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, não podendo aquele ser superior a 20.000€ (vinte mil euros).
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens e serviços objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não haverá lugar à revisão de preços.

Cláusula 9.^a - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Alcanena, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção, pelo Município de Alcanena, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação dos serviços objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Alcanena, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de Crédito indicada pelo fornecedor/prestador de serviços ou através de emissão de cheque.
5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.
6. A(s) fatura(s) deverão ser emitidas em nome do Município de Alcanena NIF: 500 745 773, sito na Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena e remetidas para Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial, com referência aos documentos que lhe deram origem.



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

Cláusula 10.^a - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Alcanena pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Alcanena pode exigir-lhe uma pena pecuniária igual ao valor contratual;
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alcanena tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Alcanena pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alcanena exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.^a - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

- 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª - Resolução do contrato

1. O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposo por uma das Partes das obrigações por si assumidas na contratualização, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito;
3. O contrato pode também ser resolvido através do Município de Alcanena caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do prestador dos serviços:
 - 3.1. Quando não se verificar a disponibilização dos serviços acordados nas datas fixadas pelas partes, por causa direta e exclusivamente imputável ao prestador dos serviços;
 - 3.2. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do prestador dos serviços;
 - 3.3. Prestação de falsas declarações;
 - 3.4. Estado de falência ou insolvência;
 - 3.5. Cessaçã da atividade;
 - 3.6. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do prestador de serviços e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao prestador de serviços.



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

5. O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.
6. O contraente público pode ainda resolver o contrato nos casos previstos nos artigos 333º, 334º e 335º do CCP.

Cláusula 13ª - Cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante e rege-se pelo preceituado nos artigos 316º a 318º do CCP.
2. Em caso de incumprimento pelo contratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.
3. No caso do número anterior, a execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

PARTE II - Condições de Execução do Contrato

Cláusula 14ª - Local e conformidade da entrega dos bens /prestação de serviços

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e os serviços objeto do contrato devem ser prestados de acordo com as cláusulas técnicas anexas ao presente caderno de encargos.
2. Sempre que solicitado, o prestador obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas dos bens e relatórios periódicos dos trabalhos e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com transporte e instalação dos bens e serviços objeto do contrato e, respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 15.ª - Inspeção

1. Efetuada a entrega e instalação dos bens e a prestação dos serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, à inspeção quantitativa e qualitativa dos



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

mesmos, com vista a verificar a operacionalidade dos mesmos e se reúnem as características e especificações definidas, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na inspeção a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Alcanena, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 16.ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os bens ou serviços objeto do contrato não comprovarem a sua total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos, o Município de Alcanena deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
2. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Alcanena, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características e especificações exigidas.

Cláusula 17.ª - Garantia Técnica dos bens

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à aquisição da prestação de serviços de manutenção e das garantias a ela relativas, o prestador de serviços garante, por escrito, os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de um ano a contar do início do contrato e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte IV – Lista de Artigos e Especificações Técnicas, Anexo A que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

Cláusula 18.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

1. Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
2. O Município de Alcanena não assume qualquer responsabilidade por infrações cometidas pelo prestador dos serviços, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

3. Todo o software deve obedecer ao Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), estabelecido na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho.

Cláusula 19.ª – Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - 1.1. Seguro de acidentes de trabalho nos termos legais;
 - 1.2. Seguro de responsabilidade civil da atividade
2. O Município de Alcanena pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 20.ª – Proteção de dados pessoais

1. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados constante do diploma n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/04/2016.
2. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
3. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

PARTE III – Disposições Finais

Cláusula 21.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª - Produção de efeitos

Nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato produz efeitos na data da sua publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cláusula 25.ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Alcanena, Dezembro 2022

O Vereador da Câmara Municipal

NUNO MIGUEL
COSTA SILVA

Assinado de forma digital
por NUNO MIGUEL
COSTA SILVA
Dados: 2022.12.22
12:48:37 Z



MUNICÍPIO DE ALCANENA
Modernização e Tecnologias

Parte IV – Lista de Artigos e Especificações Técnicas

Anexo A

Características gerais a cumprir:

- Sistema web com gestão integrada de entidades/clubes, com centralização de dados e com todas as principais funcionalidades necessárias para a gestão de uma instalação desportiva: controlo de acessos, gestão de clientes, comunicação, gestão de equipas, reservas e agenda, vendas e faturação;
- Sistema Paper Less, que permite a assinatura digital de contratos, documentos, assim como a integração direta com o Cartão do Cidadão, no que toca ao mercado português;
- Automação de tarefas tais como:
 1. Notificação automática por SMS e/ou EMAIL (boas vindas, ausência, ofertas, promoções, divulgação; integração com ICS, etc.);
 2. Processos financeiros (contratos, falta de pagamento, questões de débito direto, faturação de terceiros, etc.);
 3. Análise de dados (KPIs, NPS Score, indicadores de retenção, indicadores de uso dos serviços online, indicadores de qualidade, uso por função, etc.).
- Sistema de pagamento completo, o que inclui:
 1. Faturação de débitos diretos, com o upload automático do ficheiro de e para o banco sem intervenção humana;
 2. Geração automática de referências MB e emissão imediata de recibo quando o pagamento ocorre na rede MB;
 3. Geração automática de processos no MB Way e emissão imediata de recibo quando o pagamento é feito pelo cliente no seu telefone;
 4. Pagamento automático com cartão de débito para o mercado português.
- Criação de Perfis de Acesso - Administrador, Utilizador, Auditor;
- Backups de acordo com políticas/programação de definidas no MSSQL;
- •Ligação a Conexão online dispositivos de controlo de acessos quer seja fixos (ex: Portas, Torniquetes, etc) ou móveis (PDAs, Tablets) ou cancelas (Parque de Estacionamento);
- Parametrização inicial incluída;
- Formação inicial incluída (2 dias online + 1 presencial);
- Alojamento da BD e aplicações incluída durante 24 meses;
- Assistência técnica até 5 intervenções mensais, (sem deslocações), incluída;
- Integração sistema SIBS;



MUNICÍPIO DE ALCANENA

Modernização e Tecnologias

- Ligação ao ERP AIRC para dados da faturação.

Componente Software Gestão de Bilheteiras, características gerais:

- Identificação e caracterização dos espaços e recintos onde decorrem os Eventos;
- Identificação dos Sectores, Filas, e Números existentes em cada espaço;
- Identificação dos Eventos e do intervalo de datas em que decorrem;
- Caracterização de Eventos sem ou com lugares marcados;
- Reserva dos Espaços onde decorrem os Eventos;
- Definição de preços por tipo de Bilhete e Lugar;
- Venda de Bilhetes para vários Eventos em simultâneo;
- Venda de Bilhetes para várias datas;
- Possibilidade de indicar a quantidade de Bilhetes a vender de um determinado tipo;
- Venda de Séries de Bilhetes;
- Venda de Bilhetes para lugares marcados;
- Visualização no ecrã dos lugares ocupados (vendidos e reservados) para determinado Evento e Dia;
- Controlo do número máximo de Bilhetes vendidos por Evento e Sessão;
- Registo de dados dos utentes / Gestão de Clientes;
- Emissão de Faturas/Recibo, Faturas, Recibos, Notas Crédito Fatura/Recibo e Factura, Notas de Débito, correspondente às Vendas efectuadas;
- Modo Multi-delegação;
- Reservas de Bilhetes;
- Lista de Reservas efetuadas com indicação dos meios de Contacto;
- Conversão de Reservas em Bilhetes válidos;
- Anulação parcial ou total de uma Reserva;
- Fecho de Caixa Geral, por Operador e possibilidade de estornar documentos;
- Controlo de Acessos parametrizável em função das necessidades da Instalação:
 1. Controlo da utilização de cada bilhete;
 2. Controlo da utilização de Séries de Bilhetes;
 3. Controlo de Lotação.